

**TERMO DE REFERÊNCIA – TR / 2026.**  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.  
**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS – DAE**  
**SANTANA DO LIVRAMENTO – RS**

**INTRODUÇÃO:**

O Termo de Referência é o documento que mais terá variação de conteúdo, de acordo com as peculiaridades da demanda e do objeto a ser contratado.

Seus elementos estão apoiados no Documento de Formalização de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar - ETP.

**INFORMAÇÕES GERAIS:**

Identificação do Processo: 2026/24

Área solicitante: Planejamento e Estatística

Servidor responsável: Letícia Danielle Peres dos Santos Pinto

**INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO:**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O presente processo licitatório visa à aquisição de gazebo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com as seguintes características elencadas na tabela a seguir:

	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Gazebo 4 x 4 m om motor incluso e design personalizado. Gazebo inflável 4 x4 m, estrutura confeccionada em material de alta resistência composta por nylon industrial e/ou poliéster 300 emborrachado com acabamento plastificado, material com filme de PVC translúcido tratamento ultravioleta e antifungo, acompanha manual de instruções em português impresso na base do motor. Inclui cordas de amarração de nylon, Motoventilador embutido com vazão mínima 10,8 m/min e máxima de 11 m/min, pressão mínima de 74 MMCA e máxima de 76 MMCA, nível de ruído máximo de 87 dB, tensão de 220V e potência de 245 W. Acompanha sacola individual de transporte e armazenamento, dimensão 4x4m.	20162	UN	3	3.979,17	11.937,51

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa e descrição constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4.** O contrato terá vigência até a entrega definitiva do objeto e cumprimento das obrigações, não sendo aplicável prorrogação, salvo hipóteses legais.

**1.5.** A contratada deve cumprir com todas as obrigações constantes neste TR e firmadas na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**1.6.** O contrato e a sua minuta oferecerão maiores detalhamentos das regras que serão aplicadas em relação à vigência desta contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A aquisição é fundamental para garantir a continuidade, a qualidade e a segurança das operações externas da instituição.

**Necessidade:** Os gazebos são a solução mais **eficiente, econômica e logística** para criar pontos de apoio temporários, dada a sua **rápida montagem/desmontagem e facilidade de transporte**.

**Quantitativo (3 Unidades):** O quantitativo de 3 (três) gazebos é justificado para atender às demandas simultâneas ou de grande porte:

**Demanda A:** Divulgação do trabalho PAC/ Ações de Educação Ambiental.

**Demanda B:** Demanda B: Possibilidade de utilização simultânea em diferentes locais/setores, bem como apoio à Comunicação em eventos.

## **2.2. Relevância e Benefícios da Contratação**

A aquisição dos gazebos trará os seguintes benefícios diretos:

- **Melhoria da Qualidade do Serviço:** a contratação contribui para padronização estrutural e melhoria da qualidade operacional das ações externas.
- **Segurança e Bem-Estar:** Proteção dos servidores e do público contra intempéries.
- **Preservação Patrimonial:** Proteção dos equipamentos e materiais de trabalho contra danos causados pelo clima.
- **Otimização Logística:** Estruturas articuladas facilitam o trabalho das equipes em campo devido à sua praticidade.

**2.3.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, conforme detalhamento a seguir:

- a) **Id PCA PNCP:** 96041330000102-0-000004/2026
- b) **Data da publicação no PNCP:** 02/09/2025;
- c) **Local:** Sant'Ana do Livramento – RS
- d) **Fonte:** Departamento de Água e Esgotos - DAE
- e) **ID do(s) item(ns) no PCA/2026:** 1092.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. A solução consiste na aquisição de 3 (três) gazebos infláveis de uso profissional, destinados a fornecer suporte móvel para as atividades da Instituição em ambientes externos. Estes gazebos serão utilizados em eventos, ações de campo e fiscalização, onde a agilidade na montagem e a resistência às intempéries são essenciais.

O ciclo de vida previsto abrange:

**a. Aquisição,** conforme especificações;

**b. Operação** em diversas atividades, com necessidade de manuseio e transporte frequentes;

**c. Conservação** por meio de limpeza e armazenamento adequado, e

**d. Manutenção** preventiva e corretiva, sendo prioritária a possibilidade de reposição de peças avulsas (lonas e hastes) para maximizar o tempo de uso do ativo.

**e. Especificação do Produto (Gazebo):** Gazebo inflável 4 x 4 m. Estrutura confeccionada em material de alta resistência, composta por nylon industrial e/ou poliéster 300 emborrachado, com acabamento plastificado. Material com filme de PVC translúcido, tratamento ultravioleta e retardante à propagação de chamas (antichamas), conforme normas técnicas aplicáveis (ABNT/NBR). Acompanha manual de instruções em português, impresso na base do motor. Inclui cordas para amarração em nylon. Motoventilador embutido, com vazão mínima de 10,8 m/min e máxima de 11m/min, pressão mínima de 74 MMCA e máxima de 76 MMCA, nível de ruído máximo de 87dB, tensão de 220 V e potência mínima de 245 W. Acompanha sacola individual para transporte e armazenamento. Dimensões 4 metros x 4 metros. Com o logo do DAE.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, com base no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, considerando as dimensões ambiental, social e econômica.

### 1. Dimensão Ambiental

Visa à redução dos impactos ambientais durante a fabricação, utilização e descarte do produto:

- **Material da Estrutura Inflável:** O gazebo deverá ser confeccionado em **tecido técnico de alta resistência, como nylon industrial ou poliéster emborrachado com revestimento em PVC**, preferencialmente contendo percentual de material reciclado ou produzido por processos ambientalmente responsáveis.
- **Proteção e Durabilidade:** O material da lona deverá possuir **tratamento contra raios ultravioleta (UV), proteção antifungo e resistência à umidade e chuva**, garantindo maior durabilidade e reduzindo a necessidade de substituições frequentes.
- **Embalagens:** Sempre que possível, o fornecedor deverá utilizar **embalagens recicláveis ou reutilizáveis**, como papelão ou plástico reciclável, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada das embalagens no ato da entrega.
- **Eficiência Energética:** O **motoventilador (soprador elétrico)** deverá possuir baixo consumo energético, preferencialmente com **nível de eficiência energética compatível com equipamentos similares disponíveis no mercado**, reduzindo o consumo de energia durante a operação.

### 2. Dimensão Social

Relaciona-se à segurança dos usuários e ao cumprimento de normas trabalhistas:

- **Segurança do Usuário:** O material da lona deverá possuir **tratamento antichamas ou retardante à propagação de fogo**, quando aplicável, ou atender a normas técnicas de segurança equivalentes.
- **Condições de Trabalho:** O fornecedor deverá declarar que seus processos produtivos e os de eventuais subcontratados **observam a legislação trabalhista vigente**, vedando-se o uso de **trabalho infantil, trabalho forçado ou em condições análogas à escravidão**.

### 3. Dimensão Econômica

Relaciona-se à eficiência no uso de recursos e ao custo-benefício ao longo da vida útil do equipamento:

- **Manutenção Simplificada:** O gazebo inflável deverá permitir **manutenção e substituição de componentes**, como lona, motoventilador e acessórios, sem necessidade de descarte do equipamento completo.
- **Garantia:** A contratada deverá conceder garantia mínima de 12 (doze) meses para o gazebo inflável fornecido, contados a partir do recebimento definitivo, cobrindo defeitos de fabricação, vícios de qualidade e funcionamento, incluindo lona, costuras, estrutura inflável, motoventilador e acessórios, devendo a contratada proceder à manutenção, reparo ou substituição dos itens defeituosos, sem qualquer custo adicional para a Administração.
- **Gazebo inflável**, incluindo lona, sistema de inflagem, motoventilador e demais componentes, contra defeitos de fabricação, falhas de material ou montagem, contados a partir do recebimento definitivo. Durante o período de garantia, toda manutenção corretiva, substituição de peças e custos de transporte deverão ocorrer sem ônus para a Administração.
- **Destinação Final:** Sempre que possível, o fornecedor deverá orientar quanto ao **descarte ambientalmente adequado dos materiais ao final da vida útil do produto**, especialmente componentes têxteis sintéticos e elétricos.

#### 4.1. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

A competição será aberta a todos os fornecedores que atenderem integralmente às especificações técnicas e às condições estabelecidas neste Termo de Referência, desde que comprovem capacidade técnica para execução do objeto, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da ampla concorrência.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço. Tal exigência não se aplica ao presente processo licitatório.

#### 4.2. Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra física do gazebo. Em substituição, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, a seguinte documentação técnica do produto ofertado:

**I. Catálogo técnico do fabricante**, contendo imagens, especificações dimensionais, materiais empregados e características construtivas do gazebo;

**II. Memorial descritivo detalhado**, descrevendo de forma clara e objetiva: O presente memorial descritivo tem por finalidade estabelecer as **características técnicas mínimas** para a aquisição de **Gazebo Inflável 4X4m, personalizado, com motoventilador elétrico e acessórios**, destinado ao apoio das atividades do **Trabalho Técnico Social (TTS)** vinculadas à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

#### 1. Estrutura

A estrutura deverá ser **inflável**, confeccionada em **tecido técnico de alta resistência**, como **nylon industrial e/ou poliéster 300 emborrachado com revestimento em PVC**, com acabamento plastificado, garantindo durabilidade e resistência para uso em ambientes externos.

O sistema de montagem deverá ocorrer por meio de **inflagem contínua através de motoventilador elétrico embutido**, permitindo instalação rápida e prática.

#### 2. Lona e Revestimento

A cobertura deverá ser produzida em **material resistente e impermeável**, com as seguintes características mínimas: Revestimento em **PVC ou material equivalente de alta durabilidade**; **Proteção contra raios ultravioleta (UV)**; **Tratamento antifungo e antimoho**, adequado para uso externo; Resistência à umidade, chuva e exposição prolongada ao sol; material com **boa flexibilidade e resistência ao rasgo**.

#### 3. Dimensões

O gazebo deverá possuir **dimensões aproximadas de 4 x 4 m**, quando totalmente montado e inflado, garantindo área coberta adequada para utilização em ações educativas, eventos comunitários e atividades de mobilização social.

#### 4. Resistência e Estabilidade

O equipamento deverá possuir **resistência suficiente para utilização em ambientes externos**, suportando condições climáticas moderadas como vento e chuva leve. Deverá acompanhar **sistema de fixação composto por cordas de nylon, estacas ou acessórios equivalentes**, garantindo estabilidade e segurança durante o uso.

#### 5. Sistema de Inflagem

O gazebo deverá possuir **moto ventilador elétrico embutido**, com funcionamento contínuo, contendo no mínimo: Vazão mínima de **10,8 m³/min** e máxima de **11 m³/min**; Pressão mínima de **74 MMCA** e máxima de **76 MMCA**; **Potência mínima de 245 W**; **Tensão de 220 V**; **Nível máximo de ruído de 87 dB**.

#### 6. Acabamento e Personalização

O gazebo deverá possuir **acabamento reforçado e costuras de alta resistência**, permitindo uso frequente em eventos e ações externas.

Deverá possibilitar **personalização com logomarca institucional e identidade visual do projeto**, com impressão em alta qualidade diretamente na estrutura inflável.

**Laudos técnicos ou declarações do fabricante**, quando aplicável, que comprovem a conformidade dos materiais com normas de segurança, resistência e durabilidade;

**Declaração de atendimento integral às especificações técnicas** constantes neste Termo de Referência. O memorial descritivo deverá permitir a perfeita identificação do modelo ofertado e a verificação objetiva de sua conformidade com o objeto licitado, substituindo a apresentação de amostra física.

O julgamento da proposta técnica será baseado na análise da documentação apresentada, devendo esta comprovar o atendimento integral às especificações de qualidade, resistência, segurança e funcionalidade exigidas para a aquisição dos gazebos.

**4.3. Da exigência de carta de solidariedade:** Tal exigência não se aplica ao presente processo licitatório.

**4.4. Garantia da contratação:** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no Contrato.

**Justificativa da Exigência:** A exigência da garantia de 5% se justifica pela necessidade de resguardar a Administração de possíveis riscos inerentes ao objeto, que é composto por elementos de **customização (aplicação do logo do DAE) e tecnologia embarcada (sistema motorizado)**. O valor da garantia visa cobrir eventuais prejuízos decorrentes da inexecução contratual, da entrega de bens em desconformidade com as especificações técnicas (como problemas no motor ou na qualidade da impressão), ou da recusa em prestar a assistência técnica necessária dentro do prazo de garantia legal.

O licitante deverá apresentar a garantia em uma das modalidades previstas no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária, títulos de dívida pública ou outros).

#### **4.5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**4.5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do(a) da data do envio do empenho por esta autarquia e confirmação de recebimento pelo fornecedor.

**4.5.2** O fornecedor é obrigado a confirmar o recebimento do empenho no prazo máximo de 48 horas a contar do envio deste.

**4.5.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada no edital, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**4.5.4.** Os bens deverão ser entregues e descarregados, na Rua Moyses Vianna, 322, no Setor de Almoxarifado da Autarquia, sendo a entrega realizada apenas em dias úteis, livres de quaisquer ônus acessórios e/ou adicionais.

#### **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

O prazo de garantia contratual dos bens, será de, no mínimo, 12 meses, a contar da data da emissão da Nota Fiscal, contra quaisquer defeitos de material, concepção de projeto, fabricação, etc.

**4.5.5.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos ou materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**4.5.6.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias. As peças ou partes que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**4.5.7.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 dias, contados a partir da data de retirada do equipamento ou materiais das dependências da Autarquia pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**4.5.8.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**4.5.9.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.



**4.5.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **FISCALIZAÇÃO**

**5.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

## **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**5.5.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**5.6.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

**5.7.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**5.8.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**5.9.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**5.10.** O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

## **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**5.11.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**5.12.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**5.13.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **GESTOR DO CONTRATO**

**5.14.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**5.15.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**5.16.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**5.17.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**5.18.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**5.19.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**5.20.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**5.21.** A gestão e fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores abaixo nomeados, estando sujeito a alterações a critério da Administração.

Termo de Designação/Portaria nº 080, de 14 janeiro de 2026, nomeia membros para formarem a comissão técnica de Gestão das Atas de Registro de Preços e/ou Contratos que se originarem desta contratação:

- Gestor de Contrato: Kristofer Marques Cunha.
- Fiscal Técnico: Rute Silveira Palmeira.
- Fiscal Administrativo: Mirian Zilene Machado da Silva.
- Suplente de Gestor: Bárbara Alves Branco Machado.
- Suplente de Fiscal Técnico: Mogart de Moraes Ramos.
- Suplente de Fiscal Administrativo: Ana Paula de Moraes Gonçalves.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Recebimento do Objeto:

**6.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**6.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**6.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**6.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota

Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**6.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**6.7.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.8.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**6.9.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.10.** A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.11.** Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.12.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.13.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **Prazo de pagamento**

**6.14.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, após a efetiva entrega dos bens, mediante atesto do fiscal do contrato. A liquidação da despesa consiste no procedimento administrativo pelo qual a administração verifica:

**6.15.** A **entrega** do bem (gazebos) em conformidade com as quantidades, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**6.16.** A **conformidade dos bens entregues** com as exigências técnicas e de qualidade previstas;

**6.17.** A **apresentação** e regularidade da **Nota Fiscal/Fatura** pelo contratado, devidamente atestada pelo setor competente.

**6.18.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV de correção monetária.



### **Forma de pagamento**

**6.19.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.20.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.21.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.22. Independentemente** do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto.

### **Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista:**

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, deverá ser observado os requisitos exigidos no Edital.

### **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 11.937,51 (Onze mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos no mapa de preços médio elaborado pelo Setor de Compras desta autarquia.

### **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Departamento de Água e Esgotos – DAE do Município de Santana do Livramento – RS. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 50.04.17.512.0105.5062.3.44.9052.

### **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, a contratada que, na fase de execução contratual:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- m) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

**10.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste instrumento de contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/21);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

IV) **Multa** de:

(1) Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.;

(2) Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso injustificado na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**10.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**10.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**10.3.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**10.3.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**10.3.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.3.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.3.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

(a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

(b) as peculiaridades do caso concreto;

(c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

(d) os danos que dela provierem para o Contratante;

(e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.3.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.3.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**10.3.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

**10.3.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## ANEXOS I



Sant'Ana do Livramento – RS, 23 de abril de 2026.

Letícia Danielle P. dos Santos Pinto  
Assistente Social

Izabel Cristina da Cunha Alvarez  
Diretora